



Comissão Nacional Justiça e Paz

O DIÁLOGO MAIS URGENTE

COMUNICADO DA COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ A PROPÓSITO DO RECENTES ATAQUES TERRORISTAS DE PARIS E DA NIGÉRIA

1. Os recentes ataques terroristas de Paris e da Nigéria, com repercussões que se estendem até hoje, suscitam em muitos dúvidas sobre a viabilidade da convivência pacífica e harmoniosa entre pessoas de diferentes culturas e religiões nas sociedades europeias. Em especial, a presença de pessoas de fé islâmica é vista por muitos como uma ameaça. Há quem evoque a este respeito a conhecida (mas não comprovada) tese do *choque de civilizações*.

Num mundo globalizado e na era das comunicações sem barreiras, é, porém, por um lado, ilusório e, por outro lado, empobrecedor pensar em sociedades culturalmente uniformes e isoladas.

A Comissão Nacional Justiça e Paz pretende com esta nota realçar a sua convicção de que, neste contexto, pelo contrário, o diálogo entre diferentes culturas e religiões se torna ainda mais importante, benéfico e urgente. É ele que mais facilita o acolhimento dos muçulmanos nas sociedades europeias (norteado por uma cultura do encontro e da hospitalidade) e é ele, por isso, o mais potente antídoto contra o terrorismo de matriz fundamentalista.

2. A respeito do diálogo inter-religioso, afirma o Papa Francisco na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (n. 250): «Uma atitude na verdade e no amor deve caracterizar o diálogo com os crentes das religiões não cristãs (...)), é «uma condição necessária para a paz (..)»; com ele «aprendemos a aceitar os outros na sua maneira diferente de ser, de pensar e de se exprimir». E no recente discurso aos participantes num encontro promovido pelo Pontifício Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos: «...o antídoto mais eficaz contra qualquer forma de violência é a educação à descoberta e à aceitação da diferença como riqueza e fecundidade.»



Comissão Nacional Justiça e Paz

3. Não podem confundir-se expressões marginais de fanatismo extremista, que instrumentaliza a religião islâmica em função de um projeto ideológico e político, com o sentir da maioria dos muçulmanos, nestes incluindo os que vivem em Portugal e os seus representantes. A estes também repugna o terrorismo, e, mais ainda, repugna a instrumentalização da sua fé para o justificar. Com estes podem os cristãos encontrar riquezas comuns (em torno dos princípios do amor a Deus e ao próximo) e criar laços de fraternidade.

A eles se refere a declaração *Nostra Aetate* (n. 5), do Concílio Vaticano II: «A Igreja olha (...) com estima para os Muçulmanos, que adoram o Deus único, vivo e subsistente, misericordioso e onipotente (...); «Embora ao longo dos séculos não poucas discórdias e inimizades tenham surgido entre Cristãos e Muçulmanos, o sagrado Concílio exorta todos para que, esquecendo o passado, pratiquem sinceramente a mútua compreensão, defendam e promovam, em comum, a justiça social, os bens morais, a paz e a liberdade para todos os homens.»

O conflito de civilizações do passado não tem, pois, que reproduzir-se no futuro.

4. Para evitar o choque de culturas, a solução não reside em eliminar do espaço público todas as manifestações religiosas, relegando-as para a esfera estritamente privada. Nas religiões encontram muitas pessoas um sentido para as suas vidas, a força para enfrentar as dificuldades, o cimento da harmonia familiar e comunitária. Não pode pretender-se que os muçulmanos e outros crentes deixem de o ser, reneguem a sua fé, para poderem ser acolhidos nas sociedades europeias. Essa pretensão acabaria por favorecer o extremismo fundamentalista, que rejeita esse acolhimento.

No seu discurso ao Parlamento Europeu, o Papa Francisco associou esse extremismo ao «grande vazio de ideais a que assistimos no chamado Ocidente» e citou uma afirmação do seu antecessor Bento XVI: «o que gera a violência não é a glorificação de Deus, mas o seu esquecimento».

5. A liberdade de expressão é um valor precioso das sociedades livres e democráticas. Mas tem limites, porque, como afirmou Bento XVI na sua viagem ao Líbano, «a liberdade humana é sempre uma liberdade compartilhada, que pode crescer apenas na partilha, na solidariedade, no viver juntos, com determinadas regras.»



Comissão Nacional Justiça e Paz

A convivência e o diálogo entre pessoas de diferentes culturas e religiões supõem a liberdade de debate de ideias e de crítica: mas já extravasam desse âmbito a instigação à violência e à discriminação, o insulto, a provocação gratuita e a ofensa aos sentimentos religiosos dos outros. Há até quem se sinta mais gravemente ferido com uma ofensa a esses sentimentos do que com uma ofensa física ou verbal à sua pessoa.

6. Importa deixar claro que nunca a ofensa aos sentimentos religiosos pode justificar o recurso à violência, e nem sequer atenua a gravidade de atentados contra a vida. A vida humana tem sempre um valor supremo.

7. A promoção de uma cultura do encontro e da hospitalidade supõe a criação de condições materiais de vida conformes à dignidade humana. Por isso, também tão urgente como o diálogo entre culturas e religiões é a remoção de factores que conduzem à pobreza e exclusão social.

Também é sabido como o desespero de quem “não tem nada a perder” muitas vezes facilita o recrutamento para organizações terroristas.

8. Esse diálogo não pode levar a esquecer as violações da liberdade religiosa e perseguições de que em muitos países são vítimas crentes de várias religiões e que atualmente atingem em grande número cristãos de várias denominações.

Também a maioria dos muçulmanos não se identifica com essas perseguições, mesmo quando elas se desencadeiam em nome da fé islâmica. Que a voz dessa maioria muçulmana se oiça com mais vigor certamente contribuirá para que diminuam essas perseguições.

9. A Comissão Nacional Justiça e Paz reitera, assim, a sua convicção de que o diálogo entre diferentes culturas e religiões é hoje mais importante ainda, como alternativa ao choque de civilizações e antídoto contra o terrorismo, e de que esse diálogo supõe o combate à pobreza e exclusão social, a rejeição da violência, a liberdade do debate de ideias e o respeito pelos sentimentos religioso dos outros.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2015

A Comissão Nacional Justiça e Paz